

SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA *

GIL VIANNA PAIM ** e JOSÉ CAVALCANTE DE QUEIROZ **

I — A ADMISSÃO DO VETERINÁRIO NA EQUIPE DE SAÚDE PÚBLICA

Os problemas de saúde humana provenientes do contato com animais e seus produtos já, nos primórdios da história, preocupavam nossos ancestrais. O problema do consumo da carne de porco parasitada já é referido nas leis de Moisés e os hebreus daquela época emitiam o seguinte conceito sobre a raiva: "Ninguém acreditará no homem que disser ter sido mordido por um cão raivoso e ainda esteja vivo" ¹. Referências à raiva existem também nos escritos de Plutarco (século I de nossa era) e Virgílio, século I a.C., reconheceu ser o carbúnculo antrax no homem transmitido pelo tosquiamento de carneiros mortos da doença ².

Apesar disto, a veterinária, até há bem pouco tempo, era considerada como uma profissão ligada estritamente à agricultura. Os profissionais veterinários, logo após deixarem a Faculdade, tornavam-se, quando não clínicos particulares, funcionários de repartições federais, estaduais ou municipais de agricultura.

Em decorrência disto, muitas zoonoses, ainda hoje, estão sendo controladas ou mesmo erradicadas de certas áreas por estes veterinários, mas isto é feito geralmente sob o ponto de vista econômico da defesa do patrimônio material que os rebanhos representam. O ponto de vista da saúde pública, isto é, da defesa da saúde humana, não é considerado com prioridade, visto terem o Ministério ou as Secretarias de Agricultura como objetivo primordial a defesa econômica dos rebanhos animais.

Para que o ataque aos problemas dos rebanhos e produtos animais que, de qualquer forma, poderiam prejudicar a saúde humana, tivesse um sentido de saúde pública é que, em países como os EUA, Canadá e outros, começou-se a arregimentar veterinários para colaborar em equipes de saúde pública e, posteriormente, a admiti-los em cursos de pós-graduação em saúde pública.

Recebido para publicação em 11-5-1964.

* Trabalho da Cadeira de Parasitologia Aplicada e Higiene Rural (Prof. José de Oliveira Coutinho) da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP.

** Instrutores da Cadeira.

O seguinte esquema, utilizado por Riedel⁷, comparando as atividades da medicina humana com as da medicina veterinária, mostra como a Saúde Pública Veterinária comporta-se como um elo entre os problemas de saúde da coletividade humana e os dos rebanhos animais.

Chamamos a atenção para três aspectos:

1) O esquema é teórico e didático, pois, na prática, não existe uma delimitação precisa (daí o pontilhado), principalmente na área entre o veterinário sanitarista e o veterinário de saúde pública, de modo que freqüentemente veterinários da Defesa Sanitária Animal executam, na realidade, funções de Saúde Pública Veterinária. Não se deve, no entanto, confundir um veterinário que, nas suas atividades, cuida de alguns aspectos de saúde pública com um veterinário treinado em saúde pública.

PROBLEMAS SANITÁRIOS				
ANIMAIS			HUMANOS	
MEDICINA VETERINÁRIA			MEDICINA HUMANA	
PROBLEMAS INDIVIDUAIS	PROBLEMAS DOS REBANHOS	PROBLEMAS DOS REBANHOS E PRODUTOS ANIMAIS EM RELAÇÃO AO HOMEM.	PROBLEMAS DA COLETIVIDADE HUMANA	PROBLEMAS INDIVIDUAIS
VETERINÁRIO CLÍNICO	VETERINÁRIO SANITARISTA	VETERINÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA	MÉDICO SANITARISTA	MÉDICO CLÍNICO
CLÍNICA VETERINÁRIA	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA	SAÚDE PÚBLICA HUMANA	CLÍNICA MÉDICA
			SAÚDE PÚBLICA	

2) A posição assumida pela Saúde Pública Veterinária entre a Defesa Sanitária Animal e a Saúde Pública Humana. O veterinário de saúde pública é um elemento de ligação indispensável entre o veterinário sanitarista e o médico sanitarista.

3) Como aplicado aqui, o termo "sanitarista" não implica conhecimentos em saúde pública, em todos os casos, e sim conhecimentos dos problemas coletivos. No caso médico, "sanitarista" é sinônimo de "saúde pública"; tal não acontece no caso veterinário, onde encontramos distinção entre veterinário sanitarista e veterinário de saúde pública.

II — PRINCIPAIS CAMPOS DE ATUAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA

1) *A luta contra as zoonoses* — Zoonoses, segundo a definição dos peritos da OMS⁶, são enfermidades ou infecções que se transmitem, em forma natural, entre animais vertebrados e o homem. Dentro deste conceito podem ser incluídas viroses, riquetsioses, bacterioses, helmintoses, protozooses, micoses e infestações por artrópodos, computando-se mais de uma centena de doenças^{1, 6}.

Podemos dividir as zoonoses, segundo sua significação econômica para a pecuária, em dois grupos: as de importância econômica e as de nenhuma significação econômica.

As primeiras, como já foi acentuado anteriormente, recebem atenções por parte das autoridades do Ministério e Secretarias de Agricultura, as quais trabalham para reduzir sua incidência e assim ajudam a reduzir as oportunidades dessas doenças serem transmitidas às populações humanas. Na resolução destes problemas a saúde pública é também beneficiada, diretamente, pela remoção de reservatórios e, indiretamente, pelo aumento de alimento protéico de origem animal. Exemplo deste trabalho encontra-se nos EUA onde conseguiu-se uma redução da tuberculose bovina de 5% em 1918 para 0,15% em 1957 e uma redução da brucelose bovina de 14% em 1935 para menos de 3% em 1953, estimando-se que esta percentagem, em 1957, cairia para 0,66%^{2, 12}.

O veterinário integrante da equipe de saúde pública, tendo como objetivo a saúde humana, interessa-se por este trabalho e procura não só incentivá-lo como também complementá-lo onde fôr necessário.

As zoonoses de nenhuma importância econômica, já que não interferem com a produção animal, não interessando a pecuária, são de grande interesse para a saúde pública e, portanto, justificam direta ação por parte das autoridades de saúde. Entre estas zoonoses podemos citar a raiva canina, a febre Q, a dermatite serpigiosa, a larva migrans visceral, leptospirose canina e outras.

A febre Q é uma enfermidade animal de importância muito reduzida, já que não produz sintomas visíveis nos animais e não interfere na lactância ou na reprodução. No homem, na maioria dos casos, manifesta-se uma pneumonia atípica, mas têm-se também registrado casos crônicos com acometimento generalizado. Constituiu-se em um sério problema, durante a II Guerra Mundial, para as tropas alemãs na Grécia e para as tropas aliadas na Itália^{8, 11}.

A dermatite serpigiosa, causada por larvas de *Ancylostoma braziliense* e *A. caninum*, algumas vezes exige a intervenção das autori-

dades de saúde pública. Em certa área dos EUA, por exemplo, sabia-se da existência, mas não se tinha concepção do tamanho do problema. Até que protestos do público e de turistas começaram a ser endereçados aos diretores de recreação, diretores de saúde e, até mesmo, ao governador. Fêz-se então, inicialmente, para se ter noção da extensão do problema, um inquérito, através cartão postal, entre os médicos locais para se saber quantas pessoas haviam sido tratadas nos últimos 6 meses. Mandou-se 1.100 cartões postais e obtiveram-se 570 respostas relatando 8.000 casos ¹⁰.

As populações rurais, sem dúvida, são as mais expostas a contrair as zoonoses, principalmente como doenças ocupacionais nas fazendas. Estas doenças, entretanto, estendem-se até áreas urbanas, através de produtos alimentícios de origem animal, podendo aí também atingir, como doença ocupacional, os empregados encarregados em indústrias de beneficiar os alimentos. O controle das doenças transmitidas pelos alimentos às populações pode ter sucesso através a inspeção e o beneficiamento dos alimentos, entretanto, os perigos ocupacionais só podem ser removidos pelo controle e erradicação das doenças. Por outro lado, algumas vezes, o beneficiamento do alimento elimina o perigo da transmissão da zoonose, mas não restaura o valor nutritivo. É o caso, por exemplo, das vacas com mastite que produzem leite com quantidade de caseína e açúcar diminuída e com quantidade aumentada de soro ³. Pela pasteurização efetua-se a redução da contagem de bactérias e especialmente eliminam-se as produtoras de doença, mas não se restaura o valor nutritivo.

2) *Contrôle dos alimentos* — O controle dos alimentos deve agir desde a fonte de produção até o consumo, isto é, durante as seguintes fases:

- a) Produção (granjas, fazendas de criação, etc.).
- b) Beneficiamento (usinas de pasteurização, matadouros, frigoríficos, etc).
- c) Transporte (caminhões, vagões, carros-tanque, etc.).
- d) Armazenamento (câmaras frigoríficas, armazéns em geral).
- e) Fabricação de subprodutos (salsicharias, presuntos, manteiga, queijo, etc.).
- f) Distribuição ou casa de venda (mercados, açougues, leiterias, etc.).
- g) Casas de consumo (bares, restaurantes, etc.).

Como a grande parte das enfermidades veiculadas ao homem, por meio dos alimentos, é do grupo das zoonoses, o controle daqueles pode ser considerado como uma continuação ou extensão do controle destas. Quando, por exemplo, em uma granja leiteira se combate a mastite bovina, ou a salmonelose em uma granja avícola, não só se está controlando uma zoonose como também se está contribuindo para a higienização do leite ou carne de ave ou ovo ou ainda de seus subprodutos.

O veterinário de saúde pública, tendo como objetivo a saúde humana, interessa-se pelo controle dos alimentos em todas as fases, procura incentivá-lo, quando desempenhado por outras entidades, como também complementa-o onde for necessário.

III — OUTROS CAMPOS DE ATUAÇÃO DENTRO DA SAÚDE PÚBLICA

1) Formação e adestramento de pessoal técnico e auxiliar em questões relacionadas com a saúde pública veterinária.

2) Trabalhos em laboratórios de saúde pública ou de investigação em saúde pública em assuntos ligados a veterinária e relacionados com: diagnóstico, epidemiologia, preparação de produtos biológicos, todos os aspectos da patologia e da medicina comparada (oncologia, terapêutica, cirurgia, nutrição, etc.), microbiologia, parasitologia e criação de animais de laboratório.

IV — FUNÇÕES COMO MEMBRO DA EQUIPE DE SAÚDE PÚBLICA

Em 1958, a American Public Health Association aprovou recomendação do Comitê de Educação Profissional sobre "Qualificações Educacionais dos Veterinários de Saúde Pública". Nesta recomendação, entre outras coisas, são mencionadas as funções que podem ser assumidas pelos veterinários de saúde pública.

A grande variedade de funções citadas a seguir são, logicamente, ilustrativas das atividades e responsabilidades, no âmbito local, estadual e federal, que podem ser delegados à Saúde Pública Veterinária. Isto significa, que determinada posição administrativa ocupada pelo Veterinário de saúde pública não inclui necessariamente todas estas funções como também poderá haver posição que inclui alguma função não relacionada aqui.

1) *Gerais* — Participação no planejamento, promoção, coordenação e avaliação de programas integrados de saúde.

2) *Especiais* — a) Planejamento, execução, coordenação, supervisão e avaliação de atividades de saúde pública veterinária nos seguintes campos: controle ou erradicação das zoonoses e controle dos alimentos desde sua fonte de produção até o consumo.

b) Participação no planejamento, execução e avaliação de programas de educação sanitária relacionados às atividades de saúde pública veterinária.

c) Relações intensas e ativa coordenação com o pessoal de saneamento, epidemiologia e enfermagem da unidade sanitária.

d) Articulação de atividades de saúde pública veterinária com outros órgãos estatais, paraestatais e privados existentes na área de ação da unidade sanitária. Ligação com o veterinário clínico.

e) Integração no "staff" do ministério, secretarias ou departamentos de saúde.

f) Avaliação epidemiológica dos problemas de saúde pública originados do contato com animais ou seus subprodutos.

g) Manutenção de dados estatísticos sobre zoonoses e avaliação dos métodos empregados no seu controle.

3) *Eventuais* — A falta de um profissional da equipe, por questões breves, tais como férias, licenciamento, etc., necessita ser compensada por outro elemento e será sempre o especialista afim. Esta substituição, entretanto, deve-se frisar, é sempre temporária e parcial, já que cada profissional, dentro de sua especialidade, é insubstituível. Assim é que:

a) Na ausência do engenheiro sanitário, o veterinário-chefe da seção de saúde pública veterinária pode, temporariamente, assumir, até a volta do titular, a direção dos inspetores de saneamento. Isto se deve, na prática, a grande relação mantida entre as seções de saúde pública veterinária e de saneamento do meio, especialmente no que se refere ao controle dos alimentos. Por outro lado, algumas vezes, devido à organização administrativa, não existe uma seção específica de saúde pública veterinária, ficando a luta contra as zoonoses dentro da seção de epidemiologia e o controle dos alimentos dentro da seção de saneamento. O veterinário de saúde pública, trabalhando nestas seções, eventualmente, na falta do titular, como funcionário mais graduado, pode assumir a direção.

b) Na falta ou no impedimento do chefe do laboratório de saúde pública o veterinário poderá substituí-lo na chefia.

RESUMO

Este trabalho trata da admissão do veterinário na equipe de saúde pública e dos principais campos de atuação da saúde pública veterinária: a luta contra as zoonoses e o controle dos alimentos. Outros campos de atuação são mencionados e também as funções, quer gerais, especiais ou eventuais, que podem ser assumidas pelo veterinário como membro da equipe de saúde pública.

SUMMARY

This paper is about the veterinarian's admission in public health team and on the main fields of actuation of the Veterinary Public Health: the struggle against zoonosis and food control. References are made to other actuation fields, and finally, general, special and casual functions are referred, that it may be assumed by the veterinarian as public health team member.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, N. G. Breve curso de história da medicina veterinária. *Veterinária* 3 (2/3):3-19, set. 1949.
2. AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION. Committee on professional educational qualifications of public health veterinarians. (*In* Institute on Veterinary Public Health. 1.º, Ann Arbor, Mich., 1958. Comparative medicine in transition: proceedings... Ann Arbor, Mich., [c1960] p. 149-157.)
3. BRYAN, C. S. Public health aspects of bovine mastitis. (*In* Institute on Public Health Practices for Veterinarians. Springfield (Ill.), Department of Public Health, 1949. p. 48-52.)
4. ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. Grupo mixto OMS/FAO de expertos en zoonosis. Informe de la primera reunión. Ginebra, 1950. 45 p. (Ser. Inf. tecn. n.º 40).
5. ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. Grupo consultivo sobre veterinaria de salud publica. Informe. Ginebra, 1957. 30 p. (Ser. Inf. tecn. n.º 111).
6. ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. Comité mixto OMS/FAO de expertos en zoonosis. Segundo informe. Ginebra, 1959. 108 p. (Ser. Inf. tecn. n.º 169).
7. RIEDEL, G. Postila de aula. São Paulo, Faculdade de Higiene e Saúde Pública, Departamento de Parasitologia. [1960] 3 p. (Mimeografado).
8. ROBBINS, F. C., GAULD, R. S. & WARNER, F. B. Q fever in mediterranean area: report of its occurrence in allied troops. II. Epidemiology. *Amer. J. Hyg.* 44(1):23-50, Jul. 1946.

9. SMITHCORS, J. F. Veterinary history and orientation toward public health. (*In* Institute on Veterinary Public Health. 1.º, Ann Arbor, Mich., 1958. Comparative medicine in transition: proceedings... Ann Arbor, Mich., [c1960] p. 143-145).
10. STEELE, J. H. Veterinary public health. (*In* Institute on Public Health Practices for Veterinarians. Springfield (Ill.), Department of Public Health, 1949. p. 7-12).
11. STEELE, J. H. Animal diseases of public health significance. *Ann. intern. Med.* 36(2)part 2:511-524, Feb. 1952.
12. STEELE, J. H. Enfermedades de los animales transmisibles al hombre. *Bol. Ofic. sanit. panamer.* 43(2):163-170, ago. 1957.